

**DOMINGOS VAZ**

dmvaz@sapo.pt

**Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais  
(CICS.NOVA), Universidade da Beira Interior, Portugal**

## **REPENSAR A ECOLOGIA NO URBANISMO CONTEMPORÂNEO**

### **RESUMO**

Repensar a ecologia no urbanismo é assunto de extrema pertinência. No urbano, *sou mais tu* do que aquilo que se pode pensar. A cidade que se desurbaniza das antigas formas de urbanidade, submetida a um mundo crescentemente homogeneizado provocado pela globalização e sua retórica, deve questionar a sua própria lógica de organização social e urbana do espaço. Se o urbanismo influencia os modos de vida, e se, ao mesmo tempo, é reconhecida a importância do espaço na estruturação das interações sociais (agir sobre o espaço é, simultaneamente, agir sobre a sociedade), as preocupações com a melhoria do ambiente urbano devem ser capazes de ensaiar estratégias de mudança e de desenvolvimento que tenham em conta a criação de um protagonismo real por parte das coletividades territoriais, das suas organizações e dos seus atores.

### **PALAVRAS-CHAVE**

cidade; urbanismo; ecosofia; complexidade; espaço

---

### **INTRODUÇÃO**

A relação entre a ecologia e o urbanismo requer um olhar que tenha em conta o tempo histórico e as suas cosmovisões, na busca da cidade “ideal”, na procura de modelos de ordenamento ligados a valores prevalentes de cada época, desde os tempos mais recuados. Faz sentido a

interrogação: qual é a escala e a dimensão do homem? Qual é o equilíbrio entre o espaço e o tempo? Será que a morfologia espacial condiciona as características sociais dos indivíduos?

O tempo e o espaço não são independentes entre si. Os ambientes onde vivemos influem sobre a nossa maneira de ver a vida, a nossa maneira de sentir e de agir. A intervenção sobre o espaço tem efeitos no projeto coletivo, na sociedade, e, desta forma, devemos reconhecer a importância que a concepção do espaço tem na estruturação das relações sociais, aceitando a forte plausibilidade de que agir sobre o espaço é também agir sobre a sociedade.

O novo cenário passa por uma mundivisão que combine os espaços urbanizados e o comportamento humano. Aqueles que projetam edifícios, bairros, espaços públicos e cidades precisam da contribuição dos vários saberes que permitem compreender os processos, o simbolismo e os comportamentos das pessoas. Não é suficiente apenas a busca da beleza no projeto, porque acima de tudo importa servir a qualidade de vida das pessoas, a sua harmonia com o ambiente, o encontro e a ajuda mútua. As estruturas urbanas devem incentivar o sentido de pertença, a sensação de enraizamento, dentro da cidade que nos envolve e que nos deve unir. Assim, é decisivo que os projetos arquitetônicos e urbanísticos estejam subordinados a uma nova racionalidade não tecnocrática que estimule uma sociedade ecologicamente sustentável.

## **CIDADE, QUE URBANIDADE?**

O processo urbanizador que tem a sua máxima expressão na cidade-metrópole contemporânea, enquanto macroestrutura urbana, apresenta uma complexidade tal que faz com que aquela não só não seja um espaço de intimidade, como se apresente também como um espaço de profunda fragmentação social, espacial e cultural. Neste contexto, a vida urbana é questionada como o é o espaço público, submetidos como estão à lógica de transformação dos fluxos de informação, o que vai afetar as formas de apropriação, de ação e de interação humana que se exercem, igualmente, à distância. A primazia da dinâmica de criação de imagens urbanas atrativas para um consumo competitivo face a outras cidades vai ganhando forma numa lógica que opõe as zonas “montra-da-cidade” às áreas de habitação de grupos socialmente pouco recomendáveis à promoção turística urbana. Escreve Baptista (2016) que, uma vez globalizada a economia, as cidades são estimuladas a conceberem-se e a programarem-se como uma marca

(*brand*), capazes de competir a nível internacional e de se tornarem atrativas e mais fáceis de consumir. Uma lógica fragmentária é favorecida onde os padrões de consumo e os diversos estilos de vida são determinantes para a sua integração ou exclusão social, face a uma gestão que promove a ideia de cidade orientada para consumidores globais que a rentabilizam.

Em resultado destas tendências o planeamento urbanístico tende a valorizar os grandes projetos e as grandes funções urbanas. Os valores que estão subjacentes a este urbanismo são, sobretudo, valores económicos. Estes valores pautam-se por tornar as cidades competitivas – a nível de valores fundiários e imobiliários. Construimos cidades competitivas, cidades que se especializam e outras que se elitizam. Temos territórios competitivos e territórios consumíveis que se tornam aptos para fins lúdicos. Esta forma de enunciar as cidades e os territórios tende a ser antagónica das cidades participadas e até dos conceitos de cidadania. Também se incompatibiliza com a qualidade que queremos, com a justeza de uma governação que integra ativamente os cidadãos na condução dos seus destinos e gestão.

Isto leva-nos ao problema crucial que gira em torno da construção de um sistema de valores (ou de princípios perenes) que seja paradigma de uma nova condição urbana para a sociedade contemporânea. A questão de fundo reporta-se à dificuldade de como entender e gerir a nova condição social e urbana na era da “terceira revolução urbana moderna” ou da terceira modernização. A expressão é de François Ascher (2004) que, ao refletir sobre o urbanismo na atualidade, sublinha as profundas mudanças na forma de pensar, produzir e gerir os territórios. Estaríamos no decurso de uma terceira fase de modernização (as primeiras corresponderiam, respetivamente, à cidade do Renascimento e à cidade da Revolução Industrial), como resultado da combinação histórica de três dinâmicas sócio antropológicas – individualização, racionalidade e diferenciação social. O século XX trouxe consigo uma crise intensa e extensiva da modernidade refletida na falência de ideias e paradigmas que evidenciavam uma humanidade reunida em torno de um projeto global creditado nos valores do progresso e da universalidade<sup>1</sup>.

Assim, teria cabimento uma noção de modernidade a partir da sobrecarga das ordens antropológicas do humano por via da intensificação

---

<sup>1</sup> Uma crise que corresponde a um processo de densificação da modernização por sobrecarga e reflexividade constante: caos, incerteza e complexidade aparecem como formas de racionalidade reflexiva. A individualização intensifica-se com a multiplicação e personalização de perfis individuais (cada vez mais diferenciados) com as opções de escolha, com a própria substituição do projeto coletivo por uma cultura de individualidade.

dos regimes de tempo e espaço na contemporaneidade. Em paralelo com uma concomitante perda do lugar antropológico de que nos fala Marc Augé (1998) que assinala três figuras de excesso: o excesso de signos na superabundância de acontecimentos, o excesso de espaço na aceleração do tempo e o excesso de individualismo na individualização das referências. Neste sentido, não seria exagero admitir que, de forma cabal, a cidade como lugar antropológico, isto é, identitário, relacional e histórico, corresponderia já a um mito quando se trata de formações urbanas extensas, social e territorialmente diversificadas e fragmentadas. Ascher (2004) sugere a metáfora do hipertexto para qualificar a sociedade contemporânea. Marcada pela multiplicação, enfraquecimento e especialização dos vínculos sociais e por uma estrutura funcional em rede onde cada indivíduo multi-pertence a campos sociais diversificados, à sociedade hipertexto, em concomitância com uma nova economia cognitiva estratégica (baseada na produção, apropriação, venda e uso de conhecimentos, informação e procedimentos), coloca desafios que, para além do mais, reforçam a necessidade de se encontrarem novos critérios e mecanismos de leitura, interpretação e intervenção nos territórios da atualidade.

Remy (1995) fala-nos do desfasamento entre as normas urbanísticas e os usos urbanos. Para o autor, o problema está na tensão entre *territorialidade de rede* e *territorialidade de zonamento*, sendo importante atribuir aos lugares uma multifuncionalidade que é a base de uma desejável variedade de redes relacionais, e uma condição para a formação de uma territorialidade, na medida em que desenvolve uma associação do homem com o meio ambiente. Remy estabelece uma conexão entre as redes e a individualização<sup>2</sup> dos territórios, entendendo-se por redes “tudo o que assegura a comunicação” (1995, p. 143). Assim, a tomada de consciência da existência destas redes, não deveria implicar a recusa em regulá-las eficazmente após compreender as tendências sociais como a individualização que as redes permitem que aconteça. As implicações sociais do processo de individualização quase não são consideradas nas normas urbanísticas de conceção e gestão, além de os políticos tenderem a confundir muitas vezes individualização e individualismo.

---

<sup>2</sup> Importa distinguir “individualização” de “individualismo”. Diz-nos Remy, que “individualismo supõe que cada um faça as suas escolhas sem levar em consideração as consequências coletivas. A individualização supõe que cada um quer controlar a sua rede” (Remy, 1995, p. 143). Por outro lado, na linha de Simmel (1993), a individualização e a socialização, são duas tendências que coexistem “de modo reforçado” na sociedade moderna. Alerta Remy que querer reprimir a individualização para permitir a socialização suporia uma sociedade de coerção generalizada, que arriscaria aumentar a propensão à desagregação.

A questão colocada por Kevin Lynch (1999) sobre a *boa forma da cidade* tem interesse para este nosso propósito cujo alcance ultrapassa, em muito, o estrito funcionamento da cidade (de adequação entre forma e função), pois remete para as estruturas de valor do ser social. Na asserção de que os modelos são uma necessidade prática na criação de ordem e na gestão de problemas reais complexos, Kevin Lynch apresenta três teorias normativas e modelos de cidade que procuram representar, a partir de metáforas ou estruturas organizacionais simples, os três principais estádios de desenvolvimento da condição urbana: o *modelo cósmico*, pré-moderno, que se centraliza na sacralização do lugar e na configuração territorial como forma de resposta ao exercício de forças sobrenaturais; o *modelo máquina*, essência da cidade modernista, que traduz, a partir de fórmulas de eficiência como sejam a segmentação, a segregação ou a standardização, os paradigmas da modernidade – progresso e universalidade; por último, o *modelo ecológico*, mais recente e que surge como resposta aos problemas afetos à industrialização – um modelo holístico que se apoia na diversidade, no hibridismo e na interação dos seus diversos componentes e agentes, e num processo dinâmico de constante autorregulação e organização.

Por sua vez, Thomas Sieverts (2003), na perspectiva de encontrar medidas para avaliação, leitura e intervenção na cidade, passíveis de articular sistemas de valores e aplicações objetivas a práticas concretas, sugere cinco conceitos-chave – *urbanidade, centralidade, densidade, uso misto e ecologia* – que deveriam enquadrar: a) as novas configurações de urbanidade – espaços que deem lugar a formas de socialização cosmopolita, estimulando as novas possibilidades culturais e uma diversidade cultural descentralizada; b) a revisão da estrutura tradicional da cidade, binária e hierárquica, e reconhecer uma nova estrutura polinucleada mais adequada às sociedades de hoje pluralistas e democráticas; c) o estabelecimento de diferentes tipos de densidade que, conjugados, promovam um novo equilíbrio ecológico; d) a definição, através de estratégias adequadas, de uma mistura de usos integradora de população e atividades que tire partido das novas potencialidades e da flexibilidade nas condições de localização e combinação de funções; e) a promoção de um desenvolvimento sustentável, compatibilizando a integração da cidade no ecossistema.

Temos preocupações comuns em Lynch (1999) e Sieverts (2003) visando a estruturação de teorias normativas sobre o que deveria ser a *nova forma da cidade* que, ao promoverem uma legibilidade e inteligibilidade da paisagem urbanizada que Sieverts (2003) denomina de *Zwischenstadt*, se tornem em condições indispensáveis à formulação de uma boa teoria da

decisão (concretização, desenho, produção e regulação) no contexto da realidade urbana e ecológica atual.

Para o urbanista e filósofo francês, Paul Virilio (2000), o mundo está esmagado num único plano, como se fosse uma lente, sendo legítimo equacionar as seguintes interrogações: qual é a escala e a dimensão do homem? Qual é o equilíbrio entre o espaço e o tempo?

## A BUSCA DA CIDADE IDEAL

Leituras particulares da cidade podem ser observadas desde os tempos mais remotos. Na questão urbanística é possível encontrar a afirmação de visões do mundo dentro de parâmetros cósmicos. Na construção de uma explicação da realidade em que o cosmos é o sujeito de leis que estão subordinadas a uma ordem universal. Isso pode ser encontrado nas etapas de organização do espaço de grupos primitivos. O conjunto de valores da sociedade determinava a forma da cidade. Esta refletia uma razão mítica destinada a sacralizar o mundo por meio da tentativa de organizá-lo (Eliade, 1992). Não é por acaso que a questão da ordem se confunde frequentemente com a questão do ideal, enquanto desígnios maiores da inquietação humana.

A procura do ideal e da razão na constituição de cidades remonta à Antiguidade. Num sentido político, a consciência da vida social e a polis, são assumidas para estabelecer uma ordem social perfeita. Platão descreve a “primeira cidade informada”, a partir da escolha do lugar, da análise dos recursos naturais existentes, e, estabelecendo um conjunto de ordens quantitativas no que se refere ao número de parcelas, edifícios e de habitantes. Na busca de um mundo ideal, pensadores dedicaram-se igualmente à procura de modelos de cidades. Nesse sentido, Michel Ragon, ao estudar o urbanismo e o discurso da ordem, concluiu que construímos as nossas cidades em “oferenda à deusa Razão” (1968, p. 75).

A procura de novos modelos urbanos manifesta-se no Renascimento através de um conjunto de cidades imaginárias que cada vez mais se afastam do mundo real. No entanto, a dimensão onírica é fundamental para a formulação de desejos, de experiências e de estratégias para uma nova ordem social, urbana e cultural. Thomas More (1995) relata-nos, em 1516, com grande pormenor, a capital da ilha da utopia – Amaurota. A cidade é descrita através dos elementos arquitetónicos e urbanísticos, mas é o homem que, através da adoção de um modelo de organização social singular, dá origem a um desenho urbano e a uma arquitetura “perfeitos”.

São os valores da igualdade, da organização administrativa, do predomínio da comunidade e do interesse público face ao interesse individual que permitiam uma vida equilibrada na Cidade do Sol, de Tomás Campanella.

O período Oitocentista caracteriza-se pela multiplicidade de um tempo em que são confrontadas duas ordens conceptuais distintas: concepção romântica do homem e da natureza e o racionalismo que se empenhará na defesa da industrialização. A obra de Júlio Verne (1994) oferece, no final do século XIX, uma antevisão de metrópoles gigantes apoiadas na ideia de cidade máquina. Os seus textos são reflexões sobre o avanço técnico, a cidade ortogonal, a casa tipo, os transportes e as relações entre o homem e o território. Nomes como os de Claude Saint-Simon, Charles Fourier, Robert Owen, Jean Baptiste Godin estão relacionados com as aspirações operárias do século XIX. Owen (1991), na sua “cidade ideal”, preconiza a harmonia e a cooperação num plano quadriculado para 1.200 pessoas, rodeados de 1.000 a 1.500 acres de terreno. As suas preocupações incidem na organização espacial, tendo em vista o bem-estar da população, estabelecendo regras para os edifícios públicos, para os espaços de utilização coletiva e para os espaços verdes. Fourier (2007) propõe substituir a cidade pelo Falanstério, edifício social que albergaria cerca de 1.600 pessoas; enquanto Godin (citado em Choay, 1998) propõe e realiza o familistério<sup>3</sup> uma criação interessante que tem por ambição uma comunidade humana autossuficiente.

Nas primeiras décadas do século XX, o urbanismo moderno mantém uma preocupação higienista, incorporando a ideia de um maior contacto com a natureza. Choay (1965) identifica, como principais modelos, o progressista, o culturalista e o naturalista. Com visões do mundo distintas e com soluções diversificadas, essas propostas incorporavam a relação entre o ambiente natural e o ambiente construído. Se a primeira conduziu à corrente racionalista e tecnocrática enunciada por Le Corbusier que culmina na Carta de Atenas (1933), a segunda foi influenciada pela “cidade-jardim” de Howard, uma constante integração com a paisagem, enquanto a terceira se materializa no organicismo, desenvolvido por Frank Lloyd Wright e, mais tarde por Alvar Aalto, declara uma aproximação sedutora pelo mundo da natureza e explora uma conexão profunda da arquitetura com o lugar.

O movimento modernista agregava a ideia de um sistema de parques e áreas verdes como complemento do tecido urbano. Em certo grau

<sup>3</sup> Uma forma de falanstério, composto por três blocos quadrados unidos por ângulos, cada um com um corredor coberto de vidro com a mesma função das ruas previstas por Fourier (2007). O familistério possui jardim e numerosos serviços coletivos.

pode-se considerar que os desdobramentos dessas propostas foram influenciados pelo bucolismo das cidades-jardim, ao mesmo tempo que buscavam a eficiência do conceito de cidade-máquina.

## ESPAÇO E INDUSTRIALISMO

No Ocidente, o tipo de cidade que emerge na sociedade industrial é marcado por uma organização do espaço urbano segundo as necessidades da produção e do consumo capitalistas, enquanto as cidades oriental e medieval eram espaços importantes da ação política onde a organização do espaço esteve desligada das necessidades da indústria. Por contraposição, no dizer de Lefebvre (1968), a cidade medieval era um lugar menos subjugado à lógica do modo de produção vigente. Para ele, antes da industrialização, a vida urbana produzia obras e não produtos. O tipo de organização espacial da industrialização faz com que a cidade se afaste do que este autor acredita ser o ideal de espaço urbano, ou seja, um lócus de encontro entre pessoas de diversas origens sociais. A impossibilidade desse encontro tornaria mais difícil o exercício da democracia. Na obra, *Le droit à la ville*, Lefebvre (1968) preconiza o desenvolvimento de uma ciência da cidade que se esmere em conhecê-la e em criar uma estratégia política de ação voltada para a recuperação da “vida urbana”, condição de um humanismo e de uma democracia renovados. O autor compara a cidade à obra de arte, criação dos seus habitantes. É uma obra a ser fruída e não consumida. Tal fruição – das ruas e praças, dos seus edifícios e monumentos – está relacionada com a ideia de festa, “que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio” (Lefebvre, 1968, p. 11). A industrialização fez com que a cidade perdesse essa característica, ganhando forma de um espaço voltado prioritariamente para a troca. O “direito à cidade”, tão enfatizado pelo autor, possibilitaria as condições de apropriação coletiva, cabendo à política o estímulo à criação de espaços favoráveis ao encontro e à interação entre os cidadãos<sup>4</sup>.

Será que a morfologia espacial condiciona as características sociais dos indivíduos?

Isto remete para a tese antiga que invoca a relação entre o social e o espaço, segundo a qual o espaço influi nas formas de pensar, fazer e viver a cidade. A intervenção sobre o espaço teria efeitos no projeto coletivo, na

<sup>4</sup> Proença Leite (2009, pp. 196-198), nas pegadas de Certeau e outros autores, formulou a noção de espaço público “intersticial” definido a “partir das interfaces entre os conceitos de esfera pública (da qual retira a categoria de ação) e de espaço urbano (do qual retém a sua referência espacial)”.



sociedade, e, assim, devemos reconhecer a importância que a concepção do espaço tem na estruturação das relações sociais, e aceita-se que agir sobre o espaço é também agir sobre a sociedade.

Em Sociologia, o espaço adquiriu a categoria de análise em diversos autores e tradições. Durkheim (2002), um dos “fundadores” da disciplina, pensou o espaço como uma categoria de entendimento, tal como o tempo. Para ele o espaço permite fazer uma primeira ordenação dos dados, confusos, da realidade social, da experiência do vivido, conferindo-lhe um sentido. O espaço refletiria, as divisões sociais da sociedade em que se insere. Mas será a aplicação ao espaço dos conceitos da *ecologia humana* que vai permitir aos sociólogos da escola de Chicago tentar compreender como as comunidades caracterizadas pela proximidade geográfica se estruturam e se relacionam. Definem “comunidades ecológicas” que permitem organizar a ordem, ordenar o heterogêneo, que permitem considerar o conjunto do *habitat* e dos seus habitantes. Tratava-se não só de indicar os problemas surgidos entre o homem e o seu ambiente natural, mas também de acentuar os aspetos sociais da sua adaptação<sup>5</sup>. Numa tentativa de definir ecologia humana, Park (1976) escreveria que se trata de uma “ciência distinta e separada” que se apresenta como uma concepção filosófica do mundo, organizada em torno de alguns conceitos chave e caracterizada por um darwinismo social moderado. Com esta última assertiva, Park (1976) queria explicar que abandonara a ideia de seleção da espécie e, em contrapartida, ressaltara a da luta pela existência e a tendência para a solidarização entre espécies do mesmo grupo humano. A luta pela existência a que este autor se referiu seria, não uma luta entre indivíduos ou entre espécies, mas uma luta entre cada espécie e o seu ambiente. Era a luta de agregados humanos que se organizam, como nas comunidades animais, e que unem todas as suas energias para resistir à pressão de forças externas. O termo comunidade adquiriu aqui uma significação específica. Nesta medida, as maiores ameaças para os seres humanos são as respeitantes à alteração da relação existente entre a população e os recursos naturais do *habitat*. Este fenómeno, que Park (1976) denomina de “crise ambiental”, gera um aumento selvagem da competição até à formação de nova fase de “divisão do trabalho social”<sup>6</sup>, adaptada, por sua vez, a novas condições de vida.

<sup>5</sup> A ecologia humana produzida por Robert Park, mais do que uma simples exigência interdisciplinar expressa a vontade de restabelecer a perspetiva do darwinismo social na análise da sociedade contemporânea.

<sup>6</sup> A noção de “divisão do trabalho social” deve-se a Durkheim (2002) que declarou que a um aumento da densidade demográfica corresponderia a diferenciação e a especialização dos homens, componentes primeiros da sociedade.

Esta perspetiva, quando aplicada ao estudo do meio urbano, induz Robert Park (1976) a considerar que a cultura urbana não tem carácter autónomo, separado das leis naturais. A sociedade urbana, como qualquer outra sociedade, faz derivar as suas instituições da combinação de forças vitais que tendem a gerar um “reagrupamento” organizado. Ademais, a cidade é entendida como uma unidade ecológica, inserida num território nacional e com uma rede de conexões com outras cidades (Bettin, 1982, p. 77). Esta seria, portanto, uma perspetiva que colocaria o espaço como um fator determinante das relações sociais, já que teria a capacidade de resgatar os indivíduos da desordem e do anonimato para uma comunidade, com relações sociais e redes de interação definidas e permanentes. Segundo Remy (1995) um paradigma como este é, deste modo, compatível com a ideia de que existem “ilhas de ordem parcial” que ganham sentido sob um fundo de desordem que é uma ameaça constante. Havia que ir mais longe, Remy e Voyé (1976), dizem que o espaço pode ser um fator de determinação em dois sentidos: a um nível estrutural (ajuda a definir as relações sociais, as redes de interação), e a um nível simbólico ajudando a estruturar as relações de si e dos outros, da relação aos outros e da sua forma de ser e de estar no mundo social. Ele é assim fator de estrangimentos e de possibilidades, e conjugado com outras determinantes do mundo social, as relações de associação e oposição, de integração e de exclusão no mundo social.

Grafmeyer (1995, p. 44) afirma que “o espaço que nos é dado é, portanto, o contrário de uma superfície neutra”. Uma dada configuração espacial é produto e, ao mesmo tempo, coprodutora de modelos culturais que lhes estão associados e que fazem com que determinados espaços sejam mais valorizados do que outros. Esta produção do espaço como elemento cultural e socialmente significativo é variável de época para época, de sociedade para sociedade, estando relacionada com a história. Nas palavras do autor “as configurações urbanas são, portanto, o resultado da história acumulada” (Grafmeyer, 1995, p. 44). O espaço é significativo, atribuidor de estereótipos e rotulador porque tem uma história, porque foi habitado por determinados grupos, foi afetado por determinadas representações, foi rotulado de determinada forma. O espaço em si, como estrutura física, não contém estes significados sociais, mas estes são construídos por sucessivas apropriações feitas pelo homem<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> Lefebvre (2000) que também refletiu as questões do espaço na sua obra *La production de l'espace* procura reabilitar a noção de “autonomização” do espaço, numa leitura não fragmentada, mas integrada, definindo o conceito de “espaço social”. O que significa que o espaço tem, também, a sua história e o seu tempo.

Servindo-nos, ainda, de Remy e Voyé (1976) temos que o território é uma categoria de mediação entre os homens e a cultura. E “pertencer e estar situado em” são dimensões da condição de cidadão. Se “pertencer” significa fazer parte daquilo que se conhece como um “nós”, estar legitimamente situado no mundo significa ter direito a ocupar posições e a desempenhar papéis que regulam o acesso a recursos materiais e simbólicos socialmente providenciados. Como afirma M. Augé (1998), o lugar é histórico, pois conjuga identidade e relação e define-se por uma estabilidade mínima. Nesta medida pertencer a grupos ou categorias sociais identificáveis é também possuir uma localização no mapa social, ou seja, ocupar uma posição reconhecida e legítima. De outra forma, situar-se num lugar – espaço com sentido – compartilhado. Sem domicílio ou referências pessoais, é-se “coisa fora do lugar”, “ser de natureza incerta ou duvidosa” (Augé, 1998, p. 23).

Do ponto de vista das observações socio antropológicas torna-se então muito interessante operar uma deslocação do espaço para o lugar, e, assim, abrir novas perspectivas nas abordagens que possam ser levadas a cabo. Se, tradicionalmente, as abordagens baseadas em estudos sobre o processo urbanizador davam relevância a temas como a habitação, as infraestruturas, os transportes, admitimos que a ênfase na política dos lugares vem relevar diversas temáticas, como as do campo das identidades, as da agregação de sentidos aos espaços e edificações constitutivos das paisagens urbanas, de *habitats* ambientalmente equilibrados, e aquelas relativas à cidadania e aos direitos culturais.

Sabemos como a produção e reconstrução permanente do lugar reforça o sentimento de pertença e poderá, por sua vez, conferir a esse lugar identidades vibrantes que participam na transformação das paisagens urbanas, agregando-lhes sentidos e expressando-se através delas. A paisagem urbana deve ser um constructo de estruturas físicas e representações, de significados e sentidos simbólicos. A paisagem não se refere apenas à organização cognitiva de conjuntos de objetos edificados ou naturais, como sugere Lynch (1982), mas resulta de processos de confronto e negociação de interesses diversos (Arantes, 2013; Jackson, 1984; Zukin, 1991), e na perspectiva da sua humanização é importante ver se evocam, à maneira *bourdieusiana*, redes de sociabilidade através das quais se constroem proximidades e distâncias sociais, como parte de processos de reprodução de *habitus* e distinção.

A intervenção sobre o espaço é tanto mais consequente quanto essa mesma ação agir sobre as dimensões de *interface* de diferentes esferas, o que significa integrar, em simultâneo, o social (a apropriação multicultural

do espaço, a formação profissional e o emprego), o espaço físico (a sua requalificação, o planeamento urbanístico, o desenho urbano) e o ambiente urbano (qualidade ambiental, mobilidade sustentável, património urbano)<sup>8</sup>.

## SOCIEDADE E NATUREZA

Os debates sobre a relação sociedade/natureza prosseguiram, mas será já na década de 1970 que estudiosos, principalmente nos Estados Unidos, começam a testar modelagens de espaços urbanos para esse fim. Esses modelos serviam de base para novas tendências de planeamento urbano e regional. Nas últimas décadas, definições de desenvolvimento sustentável, embora tenham sido objeto de inúmeros debates, contribuíram para o avanço da abordagem ambiental no urbanismo. Sachs (1993, p. 30) define desenvolvimento sustentável como “a atitude de promover um desenvolvimento socioeconómico equitativo, através de estratégias ambientalmente adequadas e suportáveis no âmbito ecológico”. Este autor adota a premissa de que a promoção de um meio de vida sustentável deve tornar-se parte da linha mestra de desenvolvimento. Considera que este não pode ter sucesso sem a participação dos grupos e das comunidades locais.

Na atualidade, a temática ambiental urbana tem gerado abordagens com um consenso construído em torno da ideia de “cidades sustentáveis”. Para alguns, como Heloísa Costa (2000), a conceção envolve contradições de fundo, embora aponte caminhos para uma reflexão. Para outros, a proposta seria compatível com os ideais de um desenvolvimento humano que respeite os limites da natureza. Contudo, tais premissas e as visões do mundo que as acompanham modificaram as formas pelas quais o urbanismo e o planeamento urbano e regional tratavam o tema. A temática ambiental passou a ocupar lugar central na construção de modelos de cidade ideal, como se revela claramente no caso das propostas de cidades sustentáveis.

Uma abordagem específica da temática ambiental é a que guarda relações estreitas com o desenvolvimento da ecologia. No século XX, essas ideias foram difundidas principalmente com a escola filosófica da “ecologia profunda”, fundada pelo filósofo norueguês Arne Naess (2007) no início dos anos de 1970. A ecologia profunda não separa seres humanos ou qualquer outra coisa do meio ambiente natural. Ela vê o mundo como uma rede

---

<sup>8</sup> Em última análise, trata-se de uma visão sistémica, que procura integrar as várias dimensões e componentes da vida urbana.

de fenômenos que estão fundamentalmente interconectados e são interdependentes. A ecologia profunda reconhece o valor inerente de seres vivos e concebe os seres humanos apenas como um fio particular na teia da vida.

Em boa medida, também a qualidade da cidade está relacionada com a existência de equipamentos e serviços de conforto urbano, nomeadamente ao nível dos equipamentos sociais de suporte à vida quotidiana em sentido amplo (da relação casa-trabalho, de suporte à vida familiar, aos de lazer e desporto). Depois, a cidade com qualidade liga-se ainda a uma identidade urbana. Pela capacidade de cada um gostar do sítio, do bairro e da cidade onde reside porque se identifica com ele. Trata-se da geração de um sentimento de pertença que tem consequências não apenas nas formas de apropriação individual e familiar, mas também no investimento social e coletivo na vida local. Das condições para o direito à diferença, e de todos terem o direito de sentir que têm um lugar na cidade. O sentimento de pertença e de identificação são determinantes na produção do urbanismo quotidiano<sup>9</sup>.

O propósito centrado no urbanismo quotidiano (Guerra, 2003; Vaz, 2006) tem a vantagem da proximidade, de uma intervenção localmente decidida, assente em compromissos institucionais de várias escalas e tipos (privado, público, etc.), capaz de integrar, em simultâneo, o urbano, o emprego, o social, o ambiente, as culturas locais e as formas de participação. Esta postura articula-se com o conceito de governância urbana, abordado por diversos autores, e que procura traduzir uma nova forma de governo das cidades onde se reinterprete o papel da democracia e dos seus instrumentos de regulação e funcionamento tendo em vista um processo de produção e gestão do espaço urbano aberto e participado. De acordo com François Ascher (2004), entendemos por governância urbana como

um sistema de mecanismos e modos de ação que associa representantes da sociedade civil a instituições para desenvolver e implementar políticas e decisões públicas. (...) implica um enriquecimento da democracia representativa por novos procedimentos deliberativos e consultivos. (Ascher, 2004, p. 204)

Por sua vez, Portas, Domingues e Cabral (2003), aproximando as noções de governabilidade e governância, dizem que

---

<sup>9</sup> Daí a importância das intervenções orientadas tanto para identificar as memórias e patrimónios urbanos que sedimentam as identidades locais e reabilitá-los, modernizá-los e valorizá-los no contexto urbano, como para gerar novas identidades (espaciais, arquitetónicas, artísticas) com base na história recente das regiões.

se a governabilidade fica conotada com a legalidade e eficácia dos resultados em função dos objetivos previstos e planejados, a governância privilegia o modo de o fazer através do envolvimento de parceiros da sociedade civil, favorecendo a construção de consensos e a compatibilização de interesses em presença e procurando criar ou aproveitar oportunidades (previstas ou não), que se traduzam na incorporação de recursos materiais, de know-how ou de vontades. (Portas et al., 2003, p. 197)

O pensamento sobre as cidades exige a necessidade de desenvolver capacidades técnicas capazes de ler e de interpretar os territórios de intervenção, e de identificar os elementos fundamentais que estruturam a cidade, de forma a não os subverter nem os diluir em intervenções anónimas. Muitas das intervenções que atualmente se realizam nos núcleos urbanos são genéricas, não refletem a especificidade de cada um dos locais, conduzindo a uma notória banalização dos espaços urbanos. Em relação aos novos espaços justifica-se que o desenho urbano seja realizado em concordância com os sítios, retirando partido das suas características morfológicas e de com elas estabelecer, de uma forma clara, os princípios estruturantes fundamentais dos espaços urbanos: as suas centralidades, hierarquias e a sua tradução em espaços edificados e humanizados.

## UM PARADIGMA NOVO

A cidade que se desurbaniza das antigas formas de urbanidade, submetida a um mundo crescentemente homogeneizado provocado pela globalização e sua retórica, deve questionar a sua própria lógica de organização social e urbana do espaço. Se o urbanismo influencia os modos de vida, e se, ao mesmo tempo, é reconhecida a importância do espaço na estruturação das interações sociais (agir sobre o espaço é, simultaneamente, agir sobre a sociedade), as preocupações com a melhoria do ambiente urbano devem ser capazes de ensaiar estratégias de mudança e de desenvolvimento que tenham em conta a criação de um protagonismo real por parte das coletividades territoriais, das suas organizações e dos seus atores. Trata-se de procurar uma política de organização territorial que leve em linha de conta a necessidade de estabelecer um equilíbrio entre o homem, a sociedade e a natureza, elementos que formam uma equação particularmente desafiadora. Na medida em que a *boa forma* da cidade na contemporaneidade não é separável de um urbanismo próximo do cidadão, ou seja, de um urbanismo

de pormenor cujo processo de decisão – conceção e produção do espaço urbano e sua gestão – dê lugar à participação próxima do cidadão e da comunidade em geral sob formas democráticas de representação.

Estas considerações, e pensando particularmente nos últimos decénios, a alusão aos problemas da cidade e à abordagem ecológica, não evocam apenas – nem sequer principalmente – os temas clássicos da escola de Chicago. Faz antes acudir à mente a relação entre o urbanismo, entendido como transformação “artificial” do ambiente, e o contexto natural e biológico. A associação ecologia-cidade propõe de imediato como objeto de reflexão o papel que o urbanismo tem na alteração do equilíbrio entre as sociedades humanas e os ecossistemas de que fazem parte.

É necessário reinventar a cidade e o espaço de um novo tempo, reinventar a *polis*.

A questão central do nosso tempo reside em procurar um equilíbrio e correlação entre espaço edificado e a paisagem, o território. Desenvolver um planeamento de matriz ecológica e bioclimático, em que se potencialize o aproveitamento da água, da energia solar, dos elementos térmicos, da criação de jardins nas coberturas, da construção de muros verdes; todos os elementos numa relação direta com a natureza nas suas mais diversas vertentes. Na demanda da identidade do lugar, cada lugar é único e irrepetível, gerando um conjunto de possibilidades que variam profundamente no nosso planeta. Preconizando o desígnio de suplantar a visão tecno-economista que funciona de forma abstrata, que invade a política e consequentemente o território, a cidade, a demografia, a ecologia, o bem-estar e o lazer. Do mesmo modo que a crise ecológica exige resposta planetária e que se reexaminem as condições em que se opere uma revolução política, social e cultural que reoriente os objetivos da produção de bens materiais e imateriais. Segundo Guattari (2001) precisamos de aprender a aprender “transversalmente”, porque a cultura e a natureza estão juntas, à medida que, aprendemos a pensar sobre cultura e natureza e entendê-las, seremos capazes de interpretar os problemas e apontar soluções para melhores condições de vida das populações.

Para Edgar Morin (1999), a simplificação promove a ideia única, o pensamento unidimensional, não procurando as várias dimensões que a cidade encerra. Desta forma, será melhor para o pensamento que este procure a distinção, a objetivação, a seleção, voltar a juntar, evitar separar, identificar a multiplicidade dos fenómenos, reconhecer a presença do sujeito no objeto, aprender com qualquer conceito – torná-lo esclarecido e esclarecedor – numa interligação de conceitos. Não devemos cair no erro de

produzir ideias simples quando a sociedade é cada vez mais complexa, não devemos procurar visões unidimensionais para territórios cada vez mais multidimensionais.

Devemos ter em conta a diversidade, suplantar a visão tecno-economista que funciona como uma entidade abstrata, que invade a política e conseqüentemente o território, a cidade. O que está em questão é a forma de vida, confrontada que está com a aceleração das mutações técnico-científicas.

A busca de um novo paradigma urbano será o grande desafio deste século XXI. Não nos devemos alhear da política se queremos compreender o nosso mundo, o nosso tempo. A reformulação de questões, tal como a busca de respostas às novas necessidades, reside numa constante crítica ao modelo de sociedade vigente e parte de um constante desejo de transformação ideológico, social, económico e cultural. Mas a política e as instâncias executivas apresentam-se incapazes de apreender a integração global e as suas implicações.

Hoje, num mundo tão mediatizado, para além da cidade em si, há a imagem da cidade. Esta bipolaridade entre realidade e imagem cria uma nova leitura, relação e ligação à cidade. Esta suposta bipolaridade sobre o espaço urbano recai numa vertente imaginária de sedução pela urbe, na experiência de fragmentos de cidades “ideais”, oníricas; mas simultaneamente também numa estrutura espacial e social de degradação, de deterioração do *habitat* e de deficiências estruturais do espaço urbano (Santiago, 2009).

Da contradição, dos opostos pode renascer um equilíbrio desejado e saudável, a consolidação da cidade num conjunto de lugares e referências, entre presente e passado, nas memórias e na experiência do habitar, num espaço de surpresa, de descoberta, de mistério, em que a dimensão programática atribui uma consciência coletiva que se projeta no futuro. A cidade sonha, não só com o passado, mas também com o futuro, com a mobilidade, com o consumo, com a própria imagem.

Parafraseando o pensamento de Santiago, “retomar os mitos enunciados, agora, com o auxílio e referência da ecologia deve ser o elemento formador e catalisador de um novo pensamento e desenho urbano, compreendendo a ecologia como possível corte epistemológico” (Santiago, 2009, p. 95). Partilhamos a ideia de que esta abordagem só será possível, com a participação de uma cidadania ativa e consciente, promovendo uma relação equilibrada na paisagem, no território e na cidade, entre o homem, natureza, cultura e técnica. É necessária uma educação, formação e estratégia de planeamento baseadas no conhecimento, na análise, na



reflexão e no espírito crítico. Esta redefinição de espaço necessita de uma ação prática e competente que promova uma alternativa de sociedade ecologicamente sustentável. O modelo atual assente nas energias fósseis, num crescimento contaminador, numa produção quantitativa, produtora de uma crescente poluição exige uma vocação transdisciplinar capaz de criar novas metodologias para que a intervenção profissional se situe numa articulação ético-política. Ecosófica, como diria Guattari, entre os três registos ecológicos – o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana (Guattari, 2001). Trabalhando para uma nova visão da sociedade. Só uma abordagem complexa e sistémica pode enunciar e apelar para a proposição de um novo paradigma.

## REFERÊNCIAS

- Arantes, A. A. (2013). Espaço e poder: a construção social do espaço público nas grandes cidades contemporâneas. In C. Fortuna; L. Bógus; M. A. Corá & J. S. Junior (Eds.), *Cidade e espectáculo: acena teatral luso-brasileira contemporânea* (pp. 23-41). Coimbra: CES.
- Ascher, F. (2004). *Los nuevos principios del urbanismo*. Madrid: Alianza Editorial.
- Augé, M. (1998). *Não-lugares. Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Baptista, L. (2016). A dimensão lúdica da cidade: uma perspetiva de análise a propósito da programação global de lugares para o entretenimento urbano. In N. Miguel (Ed.), *A sociedade em debate* (pp. 349-363). V. N. Famalicão: Edições Húmus.
- Bettin, G. (1982). *Los sociólogos de la ciudad*. Barcelona: Gustavo Gili.
- Choay, F. (1965). *L'urbanisme, utopies et réalités. Une anthologie*. Paris: Seuil.
- Choay, F. (1998). *O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*. São Paulo: Perspetiva.
- Costa, H. (2000). Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição em termos? *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 1(2), 55-71. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2000n2p55>
- Durkheim, E. (2002). *As formas elementares da vida religiosa*. Oeiras: Celta Editora.
- Eliade, M. (1992). *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes.
- Fourier, C. (2007). *A infância emancipada*. Lisboa: Antígona.

- Grafmeyer, Y. (1995). *Sociologia urbana*. Mem Martins: Europa-América.
- Guattari, F. (2001). *As três ecologias*. Campinas: Papirus.
- Guerra, I. (2003). Tensões do urbanismo quotidiano. In N. Portas; Á, Domingues & J. Cabral (Eds.), *Políticas urbanas. Tendências, estratégias e oportunidades* (pp. 237-251). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Jackson, J. (1984). *Discovering the vernacular landscape*. New Haven: Yale University Press.
- Lefebvre, H. (1968). *Le droit à la ville*. Paris: Anthropos.
- Lefebvre, H. (2000). *La production de l'espace*. Paris: Anthropos.
- Leite, P. (2009). Espaços públicos na pós-modernidade. In C. Fortuna & P. Leite (Eds.), *Plural de cidade: novos léxicos urbanos* (pp. 187-204). Coimbra: Almedina.
- Lynch, K. (1982). *A Imagem da cidade*. Lisboa: Arte e Comunicação.
- Lynch, K. (1999). *A boa forma da cidade*. Lisboa: Edições 70.
- More, T. (1995). *Utopia*. Lisboa: Edições Europa-América.
- Morin, E. (1999). *As grandes questões do nosso tempo*. Lisboa: Notícias editoriais.
- Naess, A. (2007). Los movimientos de la ecología superficial y la ecología profunda: un resumen. *Revista Ambiente y Desarrollo*, 23(1), 98-101.
- Owen, R. (1991). *A new view of society and other essays*. Londres: Penguin Books.
- Park, R. (1976). A notícia como forma de conhecimento. In C. Steinberg (Ed.), *Meios de comunicação de massa* (pp. 168-185). São Paulo: Cultrix.
- Portas, N., Domingues, Á. & Cabral, J. (2003). *Políticas urbanas. Tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ragon, M. (1968). *L'homme et les villes*. Paris: Albin Michel.
- Remy, J. (1995). As modas, as posições intermédias e as espacializações do social. *Sociedade e Território*, 21, 132-144.
- Remy, J. & Voyé, L. (1976). *La ciudad y la urbanización*. Madrid: Estudios de la Administración Local.

- Sachs, I. (1993). Estratégias de transição para o século XXI. In M. I. Bursztyrn (Ed.), *Para pensar o desenvolvimento sustentável* (pp. 29-56). São Paulo: Brasiliense.
- Santiago, M. (2009). *Cidades a três cores*. Lisboa: Arquitectura 21.
- Sieverts, T. (2003). *Cities without cities. An interpretation of the Zwischenstadt*. Londres: Spon Press.
- Simmel, G. (1993). *La tragédie de la culture*. Paris: Payot.
- Vaz, D. (2006, outubro). *Urbanismo quotidiano para uma cidade com qualidade*. Comunicação apresentada no XII Congresso Iberoamericano de Urbanismo – Ecologia y Ciudad: Buscando modelos urbanos más sostenibles, Salamanca.
- Verne, J. (1994). *Vinte mil léguas submarinas*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Virilio, P. (2000). *A velocidade de libertação*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Zukin, S. (1991). *Landscapes of power*. Berkeley: University of California Press.

Citação:

Vaz, D. (2020). Repensar a ecologia no urbanismo contemporâneo. In J. P. Neves; P. R. Costa; P. de V. Mascarenhas; I. T. de Castro & V. R. Salgado (Eds.), *Eu sou tu. Experiências ecocríticas* (pp. 175-193). Braga: CECS.